

## ARGILA, RIO, PONTES E NARRATIVAS: *GESTALT*<sup>1</sup> SOCIAL DE UM RECOMEÇO.

Jéssica Feiteiro Portugal<sup>2</sup>  
Daniel dos Santos Fernandes<sup>3</sup>

Recebido em: 10/08/2017

Aprovado em: 04/09/2017

As áreas urbanas alagadiças de Altamira, município situado no sudoeste do Pará, estão localizadas às margens do principal componente hidrográfico da rodovia Transamazônica (BR-230), o Rio Xingu. Essas áreas, por onde atravessavam os igarapés afluentes do Xingu (igarapé Altamira, Ambé e Panelas), anualmente, em função do clima predominante na região, que varia de períodos de seca extrema às cheias de inverno, de fevereiro a abril, passavam por inundações periódicas decorrentes do regime hídrico do curso de água, as quais, resultavam em inúmeros impactos socioambientais às populações que residiam nessas localidades.

Desde 2009, ano de início da construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte nas bacias do Xingu e em trechos da Transamazônica, as áreas que se situavam 100 metros abaixo do nível do mar – a cota 100 do reservatório Xingu, denominadas de áreas “baixas” ou “baixão”, foram destinadas à desocupação para a formação do lago, implantação da infraestrutura e construção do empreendimento da UHE Belo Monte. Em março de 2014, as famílias que residiam nos baixões, passaram por uma das maiores enchentes registradas em Altamira. Deste período em diante, o processo de Regularização Fundiária Urbana que consistiu na realocação, reassentamento e monitoramento, intensificou-se consolidando inúmeros conflitos materiais e/ou simbólicos entre as populações tradicionais, público-alvo da relocação compulsória, com as empresas responsáveis pela implantação e construção da UHE Belo Monte.

O “Baixão das Olarias”, assim conhecido pela intensa atividade de produção de tijolos no local, constituía-se em um dos bairros das áreas remanescentes diretamente afetadas pela enchente ocorrida de março a abril do ano de 2014. No presente ensaio, objetivamos mostrar uma sequência narrativa das fotografias utilizadas como registro dos impactos que atingiram as populações tradicionais que residiam nas localidades abaixo da cota 100 durante todo o

---

<sup>1</sup> Usamos *Gestalt* no sentido de configurações na organização de ideias.

<sup>2</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia (PPLSA) da Universidade Federal do Pará (UFPA) – Campus de Bragança/Pa. E-mail: [potugaljessica@hotmail.com](mailto:potugaljessica@hotmail.com).

<sup>3</sup> Doutor em Ciências Sociais/Antropologia. Professor do Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia (PPLSA) da Universidade Federal do Pará (UFPA) – Campus de Bragança/Pa. E-mail: [dasafe@msn.com](mailto:dasafe@msn.com).

processo de reassentamento urbano desenvolvido pelo Consórcio Construtor de Belo Monte (CCBM). As fotografias foram utilizadas como evidências dos fatos ocorridos por representantes das colônias de pescadores que atuavam nos municípios considerados diretamente afetados pelo empreendimento.

Durante audiência com o Ministério da Pesca - hoje incorporado ao Ministério da Agricultura - os representantes de pescadores das regiões afluentes do rio Xingu denunciaram e exigiram as reparações dos impactos ambientais e sociais que atingiam diretamente os modos de vida e profissão que exerciam, utilizando, para isto, narrativas imagéticas construídas pelos próprios grupos de pescadores.

Esse período de enchente representou mais uma ponte, entre as físicas existentes, de partida para uma intensificação do processo de luta por direitos, reconhecimento e regularização fundiária das populações tradicionais atingidas pelo empreendimento da UHE Belo Monte. Segundo LITTLE (2002) as populações indígenas e ribeirinhas, historicamente sujeitas a situações de invisibilidade social e marginalidade econômica em decorrência da política neoliberal, organizam-se em defesa de seu território por exigências de respeito à diferença e exercício pleno de seus direitos. Tendo em vista que:

Na luta para conquistar seus direitos territoriais frente ao Estado, os distintos grupos sociais localizados em regiões dispersas no país formam redes que lhes articulam politicamente, para assegurar seus direitos territoriais dentro do campo das políticas públicas territoriais, o que transforma sua luta local numa luta com caráter nacional. (LITTLE, 2002, p. 21)

Na sequência imagética, observa-se que a ponte, também representa estrutura que torna possível o acesso, a “partida”, para as casas de palafitas. As paisagens compostas pelo colorido do lixo em contraste com o marrom das madeiras e o reflexo escuro das águas contaminadas evidenciam uma das realidades amazônicas, a falta de saneamento básico nas áreas alagadiças. A canoa, um segundo instrumento de acesso ao bairro das Olarias, serve também de transporte das larvas de uma das doenças de veiculação hídrica mais comuns em áreas de água doce, a barriga d’água (esquistossomose).

As residências das populações tradicionais, encontram-se fechadas, ou observa-se apenas o reflexo do teto na água que adentra o recinto, resultado da perda material dos móveis pertencentes às famílias que tiveram de refugiar-se em abrigos, pagar moradia de aluguel ou hospedar-se em casa de parentes. Para as famílias que ficaram nas áreas baixas, em cima da ponte, restou a preocupação no olhar de quem nasceu nesta localidade e terá de enfrentar o reconhecimento por direitos e o desafio de uma nova realidade, a vida no reassentamento.

Atualmente, após expedida a Licença de Operação pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) a UHE Belo Monte foi inaugurada pela Presidência da República do Brasil em maio de 2016, constituindo-se na maior obra estruturante do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal. Entretanto, após três anos da enchente evidenciada neste ensaio etnofotográfico, os conflitos socioambientais e a luta pela regularização fundiária, por parte das populações tradicionais que residiam nos baixões ou nas áreas diretamente afetadas pela usina, acontecem constantemente na região e reassentamentos urbanos.

## REFERÊNCIAS

LITTLE, Paul E. **TERRITÓRIOS SOCIAIS E POVOS TRADICIONAIS NO BRASIL: POR UMA ANTROPOLOGIA DA TERRITORIALIDADE**. 2002. Disponível em: <<http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/PaulLittle.pdf>> Acesso em: 02 mai. 2016.



























